



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 4/2011

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas e trinta minutos, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: António Mário Pegado Lemos de Mendonça, Maria Manuela Santos, Maria Helena Lopes Gonçalves, Ana Rita Simão Rodrigues, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Telma de Fátima Atalão Roma, António Joaquim de Araújo Oliveira, Carlos Alberto Souto Pedro, Leonel Augusto Morais Pires.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.ª Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 72 Deputados Municipais e faltavam 5, sendo os ausentes: Manuel António Mendes Vieira, Mário Filipe Borges Teles, Daniel Parente Reis, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro e Rogério Paulo Esteves Martins.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 27 de Junho de 2011, podê-lo-ia fazer. -----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a acta posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 71 votos a favor e uma abstenção.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**(Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)**-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS (PS)** – Fez uma breve abordagem à exposição patente no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros organizada pela Associação Potrica, da qual é Presidente, intitulada “Os Rostos da Gente da Nossa Terra”.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Começou por dizer que se celebra hoje o dia Mundial do Turismo. Esta data faz-lhes lembrar uma actividade económica muito

importante, nomeadamente para as terras que apostam no desenvolvimento e Macedo em particular pois escolheu o vector do desenvolvimento do turismo. Macedo não é só Azibo em termos de turismo, no entanto é bom lembrar que as suas praias e em particular a da Ribeira, estiveram completamente lotadas ao longo dos meses de Julho e Agosto. De qualquer forma continuam com o mesmo problema, embora já haja pequenos negócios que se foram desenvolvendo, pequenas vendas de produtos regionais e bares, (estando já, neste momento, algumas famílias a tirar proveito do negócio no Azibo), para a Câmara de Macedo, o Azibo ainda continua a representar uma grande despesa e pouca receita. Se calhar é chegada a hora de implementar a hipótese, já anteriormente pensada, no sentido de começarem a cobrar um valor simbólico pelo estacionamento, pois concerteza as pessoas não se irão importar.-----

-----Abordou também a questão da Auto-Estrada Transmontana, tendo apresentado a moção que a seguir se transcreve: “ Durante o corrente mês de Setembro, foram inaugurados os primeiros troços da Auto-Estrada Transmontana, cerca de 50 anos depois do início da construção deste tipo de acessibilidades em Portugal. O Distrito de Bragança será o último do País a ser dotado deste tipo de infra-estrutura, tão importante para o transporte rápido de pessoas e mercadorias, tornando a nossa região mas competitiva e apetecível para investidores e visitantes. No entanto, a construção da Auto-Estrada Transmontana, verdadeiro ato de justiça para com a região, vai representar na prática a eliminação do actual IP4, restando uma degradada, estreita e sinuosa Estrada Nacional 15 como alternativa. Mas como podemos considerar alternativa uma velha estrada, em que a duração da viagem entre Bragança e Porto é quase o triplo do tempo realizado no percurso em auto-estrada? Entendemos que não. O Governo da República deve tratar de modo diferente situações diferentes, e nem sequer a grave crise económica e financeira que o País atravessa justifica que se cometam injustiças relativamente a populações que tanto esperaram por acessibilidades de que outras regiões do País há muito beneficiam. Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros considera o regime de portagens previsto especialmente injusto para as populações e gravoso para as actividades económicas na região, com particular destaque para o turismo, que tem constituído uma forte aposta do Município de Macedo de Cavaleiros, devendo o Governo tratar esta questão com a sensibilidade necessária de modo a não prejudicar ainda mais as condições de vida de populações com rendimentos médios significativamente abaixo da média nacional e proporcionar um efectivo contributo ao desenvolvimento económico da região.”-----

-----**Posta esta moção à votação foi aprovada por unanimidade dos 72 membros eleitos presentes.**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ No momento em que é anunciada a abertura de um processo de reforma administrativa do poder local com a redução substancial das autarquias (freguesias e concelhos), e; Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição da República



Portuguesa, às Leis, aos Tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao povo, é parte da arquitectura do Estado Português; Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhe interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; Considerando que o poder local democrático e as pessoas territoriais que o integram detém atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; Mais considerando que é herdeiro de tradições centenárias (milenares no caso de muitas das freguesias que querem ver extintas) em cujo caldo se consolidaram e sobreviveram elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional; Considerando, por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; Considerando que de há muito que alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, de há muito consideram as freguesias como algo dispensável e até incómodo; Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a pura e simples extinção de freguesias e municípios;-----

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 27 de Setembro de 2011, delibera: 1- Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local e no combate às assimetrias regionais; b) A extinção de autarquias em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública e será um factor de empobrecimento da vida democrática local. 2- Não aceitar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação por recurso a qualquer forma de engenharia política, seja pela supressão dos seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento, nas condições de autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa.”-----

-----**Posta esta moção à votação foi a mesma aprovada com 6 votos a favor, 3 votos contra e 63 abstenções.**-----

-----Fez declaração de voto:-----

-----**ANTÓNIO AFONSO SALGADO RUANO (CDS-PP)** – A minha declaração de voto é contra a proposta da CDU, porque sendo ela uma proposta política também tem de ter uma resposta política. Isto prova que a CDU é extremamente reaccionária. Temos o sistema Autárquico há mais de 150 anos e a CDU continua a querer defender algo que é obsoleto. Tem mesmo de se mudar o mais rápido possível.-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Fez a intervenção que se transcreve: “ Ao longo destes cerca de dois anos como Deputado desta Assembleia Municipal, aprendi a discordar sem ser desagradável, e apercebi-me que, desde que estejamos dispostos a ouvir-nos uns aos outros, podemos certamente contar com o melhor das pessoas e não com o pior. Assim sendo irei manter a minha postura de preocupação com as decisões do nosso Município, e contribuir sempre que me for possível como tenho feito até então, com alternativas e possíveis soluções. Se atendermos à actual situação de crise económica e financeira, verificamos que os jovens são uns dos grupos mais vulneráveis da sociedade, são também um recurso cada vez mais escasso, mas acima de tudo valiosíssimo e cabe-nos a nós cidadãos, mobilizar os jovens para que tirem partido das oportunidades que se lhes devem oferecer no domínio da participação cívica, política, do voluntariado, da criatividade e do empreendedorismo. É necessário que os jovens, estejam cientes dos acontecimentos políticos das suas localidades (Municípios), bem como fazer um apelo à responsabilidade de todos os jovens para que assumam de facto, e de direito, o seu lugar na condução dos destinos administrativos de seus Municípios. Neste contexto proponho ao Sr. Presidente do Executivo as seguintes questões: 1- Qual a realidade e o estado do processo do Conselho Municipal de Juventude?; 2- E se existem estratégias por parte do Executivo da Câmara Municipal, para incentivar e aliciar outras escolas superiores, a se instalarem em Macedo de Cavaleiros? Proponho também as seguintes alternativas: 1- Relativamente à Zona Industrial é crucial vender a sua imagem, adoptando uma decisiva estratégia de marketing, que permita uma maior exposição da mesma e das vantagens que esta pode dar; 2- Melhorar definitivamente as condições que esta tem para oferecer, nomeadamente o asfalto, criação de passeios e zonas verdes, o mobiliário urbano e industrial, (recomendando uma visita à Zona Industrial da Maia para se inspirarem); 3- É decisivo reunir com os empresários, Associação Comercial e Associações e perceber quais as suas preocupações e necessidades; 4- E para terminar a criação de um Gabinete de Apoio ao empreendedor e às empresas, seria sem margem de dúvida, uma aposta fulcral no desenvolvimento do nosso meio. Está mais que na hora, de se fazer política onde a Juventude seja de facto a prioridade.”-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Fez referência à preocupação que se vive em duas Freguesias do Concelho, relembrando que não é só de agora, já vem de há uns anos atrás, ainda do tempo em que o Governo era do Partido Socialista. Já nessa altura os Vereadores e outros elementos do PS encetaram contactos junto do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e junto das Estradas de Portugal por causa das condições da estrada que vai de Macedo de Cavaleiros à Estrada Nacional 15, passando por Carrapatas e Cortiços. No início foi um processo um pouco complicado, dado que as verbas disponibilizadas para este tipo de obras eram um pouco limitadas, mas, após alguns contactos e reuniões conseguiram que a obra avançasse. Chegou-lhe agora ao conhecimento que a referida obra avançou do cruzamento junto a Macedo até Carrapatas e dos Cortiços até à estrada nacional. Nos cerca de três Kms entre estas duas aldeias a obra parou e coincidência ou não, isto aconteceu quando este Governo tomou posse. Também é de estranhar, que as obras de



preparação para asfaltar esses 3 Kms foram feitas e neste momento, o empreiteiro responsável pela obra, arrumou as coisas e foi embora. Pede por isso ao Sr. Presidente da Câmara, que lhe diga se tem conhecimento desta situação, qual o porquê de as obras terem parado e também o porquê desta coincidência, já que esta era uma obra prevista e orçamentada.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Fez referência ao Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros e aos outros Clubes frisando que não tem nada contra o futebol, antes pelo contrário, mas com a crise que se está a viver e que se sente todos os dias, pretende que o Sr. Presidente da Câmara diga à Assembleia Municipal, qual foi a redução feita nos subsídios a estas Entidades, pois nos apoios às Juntas de Freguesia esta redução já se fez sentir. Alertou ainda todos os colegas Presidentes de Junta, porque se avizinham tempos difíceis, que se unam para defender as suas freguesias, sugerindo até que se reúnam fora desta Assembleia, para estarem preparados para o que aí vem.-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – Esta sua intervenção tem como objectivo fazer uma análise ligeira à situação política global e ao que vêm assistindo.-----

-----Ao fim de 30 anos de actividade política e partidária acaba por chegar a este momento com alguma desilusão. Primeiro, acha que todos aqueles que desde a primeira hora se envolveram na actividade política devem estar orgulhosos pelo trabalho realizado no País, pois é inevitavelmente incomparável ao País que encontraram. Ao nível das Autarquias foi realizado um trabalho meritório de Norte a Sul do país e Portugal é hoje, um País onde se vive bem. Toda a modernidade que a democracia conseguiu instalar, aliada à sua beleza natural transformou Portugal num País atractivo e de turismo. Hoje chegam às diversas cidades e vêem os hotéis cheios de turistas, tem sido estes uma das alavancas para a economia. No entanto degradou-se a imagem dos políticos que hoje é visto de uma maneira muito negativa a nível da opinião pública, tendo disso culpa os próprios políticos. Há também quem acuse a comunicação social e na sua opinião tem grande culpa. De uma maneira geral os políticos são mal pagos, e são apenas eles os acusados de corrupção e de mal feitorias que vão existindo na sociedade. São os Partidos políticos e os seus responsáveis que também colaboram para esta situação, pondo em causa o próprio sistema democrático. Isto vem a propósito de uma Lei aprovada recentemente na Assembleia da República, referente ao enriquecimento ilícito e sobre esta matéria questiona porque razão são públicas as declarações de rendimentos dos políticos e não são por exemplo as dos juizes, jornalistas, médicos e dos cidadãos em geral? Na sua modesta opinião, o que foi aprovado na Assembleia da República, não é mais do que um faz de conta, porque a riqueza dos políticos é hoje efectivamente pública e portanto se há que criminalizar o enriquecimento ilícito, não se deve nunca inverter o ónus da prova e deve ser para todos os cidadãos. Esta é uma questão que deve merecer a reflexão de todos. Por outro lado, os políticos também têm a sua quota-parte de culpa, porque se tornou hábito dizerem uma coisa quando estão no poder e outra quando estão na oposição. Esta questão, vem a propósito da moção apresentada nesta Assembleia Municipal sobre as portagens e pensa que todos sabem, que relativamente a este assunto a posição do Partido e do Governo Socialista era de que só haveria portagens quando as regiões atingissem o nível médio de

desenvolvimento do País. Sabe-se, que foi uma exigência do PSD a aplicação de portagens em todas as SCUTS, para aprovar o Orçamento de 2010. São estas incongruências que fazem com que os políticos sejam mal vistos e quase sejam tidos, como criminosos à solta. Por outro lado, se atentarem com o que se está a passar com o TGV, que era a desgraça das desgraças e até parecia que se este parasse, se resolviam os problemas do País e da economia e afinal agora até já aumentam o que inicialmente estava previsto. Há questões no Distrito e na Região para além das portagens que os preocupa muito, como é por exemplo o caso do Túnel do Marão e o facto de as obras terem parado, o porquê deste ter parado por mais dois meses, o reinício será que irá ser executado? Também já foi dito, nesta Assembleia que se não tivesse havido um Governo do Partido Socialista, nem um Primeiro-ministro chamado José Sócrates, os Transmontanos nem a luz ao fundo do túnel veriam relativamente à auto-estrada, quanto mais o próprio túnel. Hoje têm uma verdadeira revolução em termos rodoviários.-----

-----Uma outra questão tem a ver com a saúde e sobre isto não vai repetir o que já aqui disse outras vezes, apesar dos assobios e dos discursos demagógicos nomeadamente da Deputada da CDU, numa Assembleia Municipal há um ano atrás, apesar das posições tomadas pela Comissão de Saúde, ainda hoje está para saber como é que apareceu o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, pois o que é certo é que foi o Partido Socialista a suportar esse Conselho de Administração! Têm de estar atentos em relação ao Hospital de Macedo, porque num Distrito que tem três hospitais quando só devia ter um, e onde se está a construir mais um Hospital Privado em Mirandela (e toda a gente sabe quem está por de trás desse Hospital), não sabe se não estará em risco a existência do Hospital de Macedo e até o de Mirandela.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que sobre a intervenção do Sr. Deputado, Luís Vaz disse que partilham todos as preocupações que aqui apresentou tanto no campo da saúde, como noutros aspectos que particularmente nesta conjuntura actual de grandes dificuldades, obrigam a que as pressões sejam maiores e que as regiões mais frágeis estejam mais ameaçadas. Lidam com essa preocupação todos os dias, mas é importante o sentimento que o Sr. Deputado aqui apresentou e a forma como o fez, porque esta é uma questão de todos. Têm efectivamente de estar atentos e mais que isso, têm que ser pró-activos e têm de perceber os sinais antes das decisões, para poderem agir.-----

-----Quanto à sugestão apresentada pelo Sr. Deputado, José Madalena relativamente ao estacionamento pago no Azibo, disse que esta é uma questão equacionada há já algum tempo e hoje já haverá a predisposição dos utentes para pagar. A evolução do uso e da forma como são usufruídos os equipamentos e a nova perspectiva do que é o Turismo, de facto, hoje já cria essas condições, é sinal que já é valorizado o que é oferecido, para a disposição quer dos locais, quer dos utentes.-----

-----Relativamente às moções apresentadas pelos Srs. Deputados, Idália Mateus e José Madalena disse que a Câmara obviamente se revê nas moções e nas preocupações, porque



estes aspectos estão muito ligados às questões do desenvolvimento e da sustentabilidade destas regiões.-----

-----No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado, Vítor Hugo que é sempre uma participação dos jovens nesta Assembleia, vê que teve hoje uma intervenção de índole diferente, que é perfeitamente compreensível. Esta situação de crise económica e financeira é obvio que os afecta a todos, mas afecta sempre mais, quem está em situações menos sólidas e na questão do emprego e da habitação, os jovens são as principais “vítimas” desta situação. O emprego é o maior problema de todos, o iniciar de uma carreira para um jovem que termina a sua formação e quer entrar no mercado de trabalho é difícil, pois as oportunidades são poucas.-----

-----Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, informou que a decisão da Associação Nacional de Municípios, à qual a Câmara se associou, foi de suspensão de todos os processos de criação dos Conselhos Municipais de Juventude e é portanto, também o caso da Câmara de Macedo.-----

-----No que diz respeito à criação do Gabinete de Apoio ao Investidor e às Empresas, informou que este Gabinete tem existido no Município, continua a existir e está a fazer esse trabalho. Estava localizado nas antigas instalações da Casa do Povo e neste momento está no edifício da Câmara Municipal. Continua a dar esse apoio, quer em termos da informação necessária para o investimento local, quer em termos do apoio na tramitação com entidades externas, para o processo de licenciamento e modelos de implementação. Além de terem já desenvolvido diversas acções de formação e empreendedorismo, com programas de apoio e seguimento do empreendedor e do pequeno investidor, disponibiliza inclusivamente meios técnicos, para apoiar na elaboração de pequenas candidaturas.-----

-----A questão da estratégia para trazer novas Escolas para Macedo, obviamente que a Câmara terá muito gosto nisso mas desses contactos, não seria adequado da sua parte mencionar os organismos, quanto mais os pontos da situação. Quanto ao Instituto Piaget, disse que continuam empenhados na implementação de mais alguns cursos.-----

-----Quanto à estrada dos Cortiços, disse que há de certeza alguma confusão, porque a obra que foi executada, era a que estava prevista para este ano, se o Sr. Deputado, Manuel Carvalho tem outras informações, certamente não serão as mesmas. Se as informações são pela via política, nesse caso também saberá o que se terá passado para ter sido interrompida, mas de certeza que não foi por parte da Câmara, nem por decisão política.-----

-----Informou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho de Agrochão que a redução nos apoios para o futebol e colectividades, andou no corrente ano, entre os 6% e os 10%. Em relação ao futebol, em concreto, já estão a preparar as coisas no sentido de que estas reduções têm de continuar de forma significativa, não inviabilizando no entanto as acções.-----

-----Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – Disse que foi inaugurada no passado dia 20 a nova Sede da Junta de Freguesia de Vilarinho do Monte onde contou com a presença do Sr.

Presidente da Câmara e dos 1.º e 2.º Secretários da Assembleia Municipal. Lamentou no entanto a ausência dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, incluindo os da oposição e dos restantes eleitos à Assembleia Municipal aqui presentes, pois todos eles foram convidados, e infelizmente só marcaram presença do concelho de Macedo, 5 Presidentes de Junta.-----

-----**MANUEL LUÍS GOMES VAZ (PS)** – Relativamente à moção apresentada sobre as Autarquias, há muitos anos que se discute que a formula de gestão Autárquica, que hoje está em vigor e que nasceu após o 25 de Abril, foi extremamente útil na fase inicial da democracia em que era necessário motivar a participação das pessoas e de facto as Autarquias, foram uma escola de democracia, além de terem sido um factor de desenvolvimento. Há muitos anos que se discute a necessidade de alterar a Lei das Autarquias, nomeadamente a Lei Eleitoral, de forma a corrigir algumas coisas, que pessoalmente considera aberrantes, como por exemplo, o facto de ter a oposição no Executivo, pois não faz sentido absolutamente nenhum. Quando numa determinada altura era Vereador na Câmara Municipal e a nível da Associação Nacional de Municípios já se discutia e negociava com os outros partidos a alteração da legislação. Ao nível da Associação Nacional dos Autarcas Socialista e da ANASTE do PSD realizaram-se alguns encontros e chegaram por três vezes a acordo e nessas três vezes, na véspera, o PSD “roeu a corda”. A última foi em 2006, que depois de os líderes Parlamentares na Assembleia da República terem subscrito, assinado e firmado o documento, no dia seguinte votaram contra. Ainda bem que agora o PSD toma a iniciativa de resolver esta questão, não por razões de ordem financeira e económica mas por razões de funcionalidade. A permanência da oposição no Executivo, não serve a ninguém e além disto não faz sentido, como não faria sentido um Governo ser constituído pelo método D’hont. É preciso dar mais poderes às Assembleias Municipais e a oposição deve estar na Assembleia Municipal.-----

-----Quanto à questão da Reorganização Administrativa o que existe hoje não faz sentido, se calhar alguns Concelhos deviam fundir-se e no futuro, isso até irá acontecer. Não quer dizer que haja Autarquias a mais, mas há situações que são aberrantes em termos de funcionamento. Uma das questões que não faz sentido e desvirtua o funcionamento das Assembleias Municipais é a presença dos Presidentes de Junta, porque de facto não foram eleitos para serem membros da Assembleia Municipal. É necessário fazer estas correcções é importante que o Governo tome esta iniciativa e a Assembleia da República legisle, no sentido de reorganizar todo este panorama. É fundamental que esta legislação seja aprovada com o mais amplo consenso possível a nível Parlamentar, para ser uma coisa de futuro e não transitória que com a mudança das maiorias, possa ser alterada. Aliás, tem como exemplo o que aconteceu em Lisboa, em que por mote próprio, a Câmara Municipal fundiu as Juntas de Freguesia, tornando mais funcional a vida Autárquica local. São estas questões que os levam a estar de acordo com a revisão que pretendem fazer. Em nome do Grupo do PS, regista aqui com agrado a iniciativa do Governo ao aproximar-se das posições do Partido Socialista.-----

-----Relativamente à moção das portagens disse que o Partido Socialista vai votar a favor, porque vê que o PSD local, se aproxima das posições há muito defendidas, pelo PS.-----



-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Relativamente à anunciada paragem de 60 dias das obras no Túnel do Marão, é também uma preocupação para o PSD e espera que atrás destes 60 dias, não se sucedam outros para que não tragam atrasos consideráveis à execução quer à auto-estrada quer ao túnel, que está previsto terminarem em Novembro de 2012. Esperam que o Governo dê continuidade à obra, para assim terem a auto-estrada completa até ao Porto.-----

-----Na última Assembleia Municipal relativamente à questão das acessibilidades, disse que tinham uma posição manifestada há muito e neste teve oportunidade de dizer, que a posição do PSD seria sempre em defesa dos interesses do Concelho, não atendendo aos interesses partidários do PSD ou do CDS a nível Nacional. Em coerência com isso disseram na altura que eram contra a proposta que na altura existia e continua a existir relativamente às portagens. Na sequência disso, consubstanciam nesta proposta que hoje apresentaram, não havendo aqui nenhuma incoerência. Relativamente à questão das acessibilidades, o IP2 é uma mais valia para Macedo e toda a região e o IC5 vem favorecer uma zona que estava com muitos problemas a esse nível. Há algumas Assembleias atrás, disse que ninguém tiraria o mérito ao Sr. Eng.º Sócrates e que o seu nome ficaria concerteza na história, por ter lançado de uma forma irreversível este processo da Auto-Estrada Transmontana.-----

-----Quanto ao facto do Sr. Deputado, Luís Vaz se ter referido num tom um pouco jocoso à Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal, disse que não mudou a sua opinião relativamente àquilo que foi a prestação do Conselho de Administração no anterior mandato. O Dr. Henrique Capelas, manifestou que no que respeita a cortes na saúde não iriam diminuir, assim como a qualidade e a quantidade dos serviços. Estão a aguardar para ver as consequências do processo da reestruturação dos mesmos. Naturalmente estão preocupados com o impacto que isso possa ter e em particular naquele que consideram o melhor Hospital do Distrito, que é o de Macedo de Cavaleiros.-----

-----Relativamente à Lei das Autarquias Locais, subscreve e concorda a 100% com o que aqui disse sobre esta matéria.-----

-----**PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Abertas as inscrições, usou da palavra:-----

-----**MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS)** – Relativamente à Informação Escrita, disse que há algumas obras que estão deslocadas em relação à sua actual situação (de conclusão, adjudicação, concluídas). -----

-----Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto da situação da obra respeitante à Requalificação Urbanística da Av.ª Infante D. Henrique e da Central de Camionagem. Há três meses atrás, foi-lhes dito que inicialmente houve uns problemas com documentação do empreiteiro, que embora já estivessem adjudicadas, processualmente não podiam avançar. Depois, o problema já era de reformulação do projecto, e depois de financiamento. Pretendem por isso saber, qual o ponto da situação destas duas obras, que continuam nas obras adjudicadas e que ainda não estão em execução.-----

-----Mais duas obras que estão em fase de concurso são: a requalificação urbanística do Bairro da Cortinha do Moinho e do Bairro Manuel Duarte Moreno. Sobre estas, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, que tendo em conta que já estão em fase de concurso, se as mesmas têm já financiamento garantido.-----

-----Relativamente à agora tão falada Reforma Administrativa, o Grupo do Partido Socialista entende que para este assunto, devia ser criado um Grupo de trabalho que reflectisse sobre a situação das Freguesias do Concelho de Macedo.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Relativamente ao IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis), pretende que lhe expliquem, se em todos os prédios rústicos e urbanos do Concelho já foram actualizadas as suas avaliações e em caso negativo, quando pretende a Câmara em conjunto com as Finanças concluir esse trabalho.-----

-----Outra questão tem a ver com a Pista de Tartan, onde foram gastos alguns milhares de euros com a sua construção, contudo há aproximadamente 2 anos, que há três pistas que têm um rasgo transversal que as está a inutilizar. Verifica-se, que o fim para que foi criada, ou seja incentivar os jovens para a prática do Atletismo, acaba por cair por terra e pergunta quando esta situação poderá ser reparada.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção sobre a obra da Bela Vista, informou que não há engano, pois a rubrica aparece com a mesma designação da anterior, mas esta é a conclusão da parte da empreitada que não ficou feita na anterior, ou seja, foi para concluir a obra. Quanto à Av.ª Infante D. Henrique, o Contrato de Adjudicação deve ser assinado no decorrer da próxima semana. Sobre o financiamento das obras dos Bairros da Cortinha do Moinho e Duarte Moreno informou que está assegurada a comparticipação de 80% da obra de Fundos Comunitários. No que diz respeito ao Grupo de trabalho, disse que todas as diligências que pretendam fazer no âmbito do processo de reorganização administrativa, nomeadamente a questão do agrupamento de Freguesias, a Câmara já tem nesta Assembleia, para disponibilizar a todos os Deputados Municipais, a informação do documento que saiu com mapas, áreas, populações e eventual cooperação para este processo. A Câmara está disponível e é bom que este processo seja o mais participado possível, especialmente pelos Srs. Presidentes de Junta que devem olhar seriamente para as vantagens e inconvenientes de cada uma das alternativas. Da parte da Câmara, têm toda a disponibilidade para os elementos que entendam importantes para o processo de discussão.-----



-----No que diz respeito à questão do IMI colocada pela Sr.^a Deputada, Idália Mateus, informou que ainda não foram reavaliados todos os prédios, mas esta uma questão das Finanças, razão pela qual não pode aqui dizer qual é o calendário que as Finanças tem para o concluir. Quanto à Pista de Tartan e o facto de estarem 3 das 6 pistas danificadas, nada impede a prática desportiva. A Câmara tem tentado que haja um reforço da prática do Atletismo, tendo já adaptado os horários e elaborado o Regulamento, para estimular a prática deste desporto. Quanto ao atraso da reparação, tem a ver em parte com o desaparecimento da empresa, que executou aquele piso.-----

-----Quanto à Central de Camionagem, neste momento está em processo de rescisão de adjudicação, em consequência da recusa do visto por parte do Tribunal de Contas, não podendo por isso ser adjudicada. Informou também que a recusa de visto, se prende com a imposição da alteração de projecto por parte do IMTT, que faz com que a Entidade gestora dos Fundos Comunitários, não certifique a validação da candidatura aprovada.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** relativamente à questão da Reforma Administrativa da Administração Local, informou que a Mesa entende que o documento que a Câmara tem para distribuir a todos os Deputados Municipais, é um documento que está para discussão até ao primeiro semestre de 2012. A Assembleia Municipal entende que é um momento importante para debater esta matéria do Poder Local. O 25 de Abril deixou três grandes heranças aos Portugueses: a primeira foi o Sistema Nacional de Saúde, a segunda foi um Sistema de Pensões Público e a terceira um Poder Local Democrata. A Assembleia Municipal é uma “casa” eminentemente do Poder Local e portanto mal seria, se não houvesse nesta Assembleia, um debate sobre “O Livro Verde”. Brevemente irá convocar a Comissão Permanente para definir um modelo, os intervenientes e a data para a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, só para debater este assunto. Nesta Assembleia terão a participação de oradores externos, previamente indicados pelos vários Partidos.-----

-----Oportunamente será então realizada uma Assembleia Extraordinária, para que todos fiquem um pouco mais informados e eventualmente endereçar as ideias que saírem do debate, para uma Comissão que deve existir a nível Nacional, que recolhe os vários contributos e pontos de vista.-----

-----**PONTO 2.2 - TRANSFERÊNCIA DOS IMPOSTOS DO ESTADO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, CONFORME PREVISTO NOS N.ºS. 1 E 2 DO ART.º 20.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.09.19, que se transcreve: **“TRANSFERÊNCIA DOS IMPOSTOS DO ESTADO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 17, de 2011.09.12 da Unidade de Finanças e Património, que se transcreve: “ *O n.º 1 do art.º 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), determina que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal (considera-se o do sujeito identificado em primeiro lugar) na respectiva circunscrição territorial, relativa aos*-----

rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a colecta líquida. O n.º 2 do art.º 20.º da citada Lei estipula que a taxa de participação referida anteriormente depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela Câmara Municipal à Direcção Geral dos Impostos até 31 de Dezembro. Nos anos anteriores a participação pretendida fixou-se em 5%, o que resultou nos seguintes valores apurados e transferidos:-----

Ano de 2007	256.508,00€
Ano de 2008	301.736,00€
Ano de 2009	309.555,99€
Ano de 2010	297.544,00€
Ano de 2011	303.927,00€

-----Assim, e de acordo com o disposto no n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e conjugada com o n.º 2 do art.º 20.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, propor à Assembleia Municipal, qual a percentagem de IRS pretendida nos termos fixados no art.º 20.º da Lei das Finanças Locais.”-----

-----Sobre o assunto o Director do Departamento de Administração e Finanças, em 2011.09.12, deu o seguinte parecer: “ Conforme teor desta informação concordo que a proposta mantenha os actuais 5% como percentagem a fixar para o próximo ano no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal nesta circunscrição territorial.”-----

-----**Os Srs. Vereadores do Partido Socialista**, apresentaram a proposta que a seguir se transcreve: “ Tendo em conta o que se está a viver em termos de crise, e para não penalizar mais os cidadãos, propomos uma ligeira redução neste caso de 1%, ou seja que passe de 5% para 4%. A manter-se a vossa proposta o nosso voto é contra.”-----

-----**O Sr. Vice Presidente da Câmara** respondeu que a proposta se manteria a mesma dos anos anteriores.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão deste assunto a Câmara Municipal com os votos a favor dos Vereadores Sílvia Garcia, Carlos Barroso e o voto de qualidade do Sr. Vice-Presidente da Câmara, que preside à reunião e três votos contra dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Adelaide Batista, deliberou propor à Assembleia Municipal, que seja fixada a percentagem de 5% na participação no IRS para o ano de 2012, conforme previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).-----“”

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Disse que a Bancada do PS vai votar contra a proposta da Câmara, de manter a taxa de participação no IRS nos 5%, uma vez que é convicção do Partido Socialista, que reduzindo a taxa para os 4%, como aliás foi proposto pelos Srs. Vereadores do PS na Câmara Municipal, o Executivo estaria a aliviar um pouco a carga fiscal dos munícipes. Podem argumentar que a diferença seria mínima, mas estão



convencidos que esta medida teria um efeito positivo, para além do financeiro. Saberem que alguém está a ceder em alguma coisa por nós, seria um incentivo para olharem para a frente. Por outro lado estão convencidos que reduzirem em 1%, não seria significativo para a Autarquia em termos de redução de receita e seria uma manifestação de boa vontade para com a população, sem prejuízo para os cofres da Autarquia.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Está ali para defender a posição da Câmara no sentido de manter os 5%, como percentagem a fixar para o próximo ano no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal nesta circunscrição territorial.-----

-----Na sequência de anos anteriores, foi esta a percentagem fixada e entende que é um pouco demagógico estar agora a baixar esta taxa, até porque o Partido Socialista sempre concordou com este valor. Recorda, que mais de metade das famílias deste Concelho não pagam IRS, porque estão isentas. Essa redução da taxa iria apenas beneficiar um conjunto muito diminuto de pessoas, que são as que têm mais altos rendimentos e iria retirar à Câmara, neste contexto de graves cortes nas transferências para as Autarquias por parte do Estado Central. Propõe portanto que se mantenha a taxa de 5%.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 51 votos a favor, e 21 votos contra dos Srs. Manuel Carvalho, Fernando Gomes, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, Isabel Costa, Luís Vaz, Carlos Camelo, Paula Moreira, Vítor Matos, Luís Batista, Maria José Lima, António Gonçalo, Helena Seabra, João Correia, António Oliveira, Camilo Morais, Joaquim Seabra, Benjamim Rodrigues, Jorge Asseiro, Manuel Mico e Manuel Queijo, deliberou conforme proposta da Câmara Municipal, fixar em 5% a participação variável no IRS a que tem direito o Município, referente aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Macedo de Cavaleiros, a aplicar aos rendimentos do ano de 2011.**-----

-----**PONTO 2.3 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – TAXAS A APLICAR EM 2012, RELATIVA A IMPOSTO DE 2011 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA f), N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 2011.09.19, que se transcreve: **“IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – TAXAS A APLICAR EM 2012, RELATIVA A IMPOSTOS DE 2011**-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 18, de 2011.09.12 da Unidade de Finanças e Património, que se transcreve: “ *As taxas de IMI previstas no n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 05 de Dezembro, são as seguintes: - Taxa de 0,8% para os prédios rústicos (alínea a) do n.º 1 do art.º 112.º); - Taxa de 0,4% a 0,7% para os prédios urbanos (alínea b) do n.º 1 do art.º 112.º); - Taxa de 0,2% a 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º). Os Municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos*-----

intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 5, podendo esta ser fixada por freguesia, de acordo com o n.º 5 do art.º 112.º do citado diploma. De acordo com o art.º 113.º do CIMI, o imposto é liquidado nos meses de Fevereiro e Março, com base nos valores patrimoniais tributáveis dos prédios e em relação aos sujeitos passivos que constem das matrizes em 31 de Dezembro do ano a que o mesmo respeita. Nos últimos 3 anos os valores liquidados pelas Finanças no período normal (Fevereiro e Março) e os valores recebidos são os seguintes: -----

Ano do Imposto	Valores Liquidados	Ano do Recebimento	Valores Recebidos
2008	804.166,01€	2009	838.941,68€
2009	891.722,17€	2010	893.723,14€
2010	944.906,99€	2011	1.000.000,00€ *

-----* Projecção até 31 de Dezembro de 2011.-----

-----A receita proveniente deste imposto tem representado nos últimos anos cerca de 10% da Receita Corrente do Município, e contribuindo na mesma percentagem para a fixação dos limites de endividamento, previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).-----

-----As taxas em vigor, aprovadas pela Assembleia Municipal, são de 0,6% para os prédios urbanos e de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Caso se mantenham as mesmas taxas, prevê-se que as liquidações ascendam ao valor de 1.041.722,69€. No caso de se elevar ao máximo as taxas, ou seja, 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, a liquidação ascenderia ao valor de 1.204.962,55€, registando-se um aumento de 163.239,87€. Por outro lado, caso as taxas fossem reduzidas ao mínimo, ou seja, 0,4% para os prédios urbanos e 0,2% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, a liquidação seria de 628.731,23€, registando-se uma diminuição de 412.991,26€.-----

-----De acordo com o disposto na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º e na alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal dentro dos intervalos estabelecidos propor à Assembleia Municipal, quais as taxas a aplicar nos termos fixados no CIMI, art.º 112.º. Mais se informa que a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Direcção Geral dos Impostos até 30 de Novembro de modo a vigorarem no ano seguinte.”-----

-----Relativamente ao assunto o Director do Departamento de Administração e Finanças, em 2011.09.12, proferiu o seguinte parecer: “ Atendendo à actual situação económica e financeira e tendo em conta a tendência registada nos Municípios em geral, relativamente a esta matéria, coloco à consideração de V.ª Ex.ª a adopção de igual paradigma, no sentido de se maximizarem as fontes de receita.”-----

-----Os Srs. Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a proposta que a seguir se transcreve: “ Tendo em conta aquilo que se está a viver em termos de crise e para não penalizar mais os cidadãos, propomos uma ligeira redução das taxas dos prédios urbanos. Que nos prédios urbanos a taxa seja de 0,55% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI que seja de 0,30%.”-----



-----**O Sr. Vice-Presidente da Câmara** propôs as taxas de 0,7% para os prédios urbanos e a taxa de 0,4%, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI por duas razões: a primeira para fazer face aos cortes previstos e que já se reflectem nas contas da Autarquia e nas transferências do Estado para a Autarquia e a segunda à necessidade crescente de se fazer face a questões sociais que se prevê que venham a deteriorar-se ao longo deste período.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão deste assunto a Câmara Municipal com os votos a favor dos Vereadores Silvia Garcia, Carlos Barroso e o voto de qualidade do Sr. Vice Presidente da Câmara, que preside à reunião e três votos contra dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Adelaide Batista, deliberou propor à Assembleia Municipal, a aprovação da taxa de 0,7% para os prédios urbanos prevista na alínea b) do n.º 1, do art.º 112 CIMI e a taxa de 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI a aplicar no ano de 2012.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Relativamente a este ponto, a bancada do Partido Socialista, considera que mais uma vez a Câmara Municipal insiste em sacrificar a população em aspectos onde poderia poupá-la. Também nesta proposta do IMI, o Partido Socialista vai votar contra em relação à subida da taxa. As finanças estão a fazer reavaliações e a cobrar muito mais e este IMI vai incidir sobre esses valores. Açam que seria oportuno diminuir a taxa do IMI, mas, a não ser possível seria pelo menos de manter a mesma taxa do ano anterior, já que garantidamente vai haver um aumento em virtude das avaliações que foram feitas posteriormente. Não concordam com este caminho fácil de empurrar os cidadãos e responsabilizá-los em arcar sozinhos com este peso da crise. Deixam um apelo para que sejam estudadas outras formas de redução da despesa, otimizando alguns recursos e conter algum desperdício, em vez de colocar nos munícipes algum despesismo que vem já de outros tempos e destes últimos mandatos. O voto do PS vai ser contra.-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES (PSD)** – Disse que hoje estava ali para expressar o seu sentido de contradição em relação ao IMI. Realçando o que diz a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 65.º “...todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condições de conforto e higiene e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar...”. Acha que aquele cidadão que conseguiu fazer uma casa com algum esforço e muita poupança e continua a pagar por ela, entende que não devia estar sujeito a nenhum imposto, a não ser que essa casa fosse um palácio. A sua opinião é de isenção. Também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cuja Assembleia-Geral de 10.12.1948, que aprovou a Carta Internacional dos Direitos Humanos, no seu artigo 25.º diz o seguinte: “...Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos...”, mas nós continuamos a pagar pelo que fizemos, com o muito que poupamos. Termina com o artigo 30.º que diz: “...trata-se obviamente de uma imoralidade sem limites, caso não sejam

respeitados os artigos anteriores, de uma afronta a milhares de portugueses e cidadãos que sobrevivem com salários baixos e subsídios de desemprego miseráveis e outros nem uma coisa nem outra...”. Disse que a sua posição vai ser de abstenção.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que explicou que o aumento de receita obtido através das taxas do IMI, é uma pequena parte daquilo que são as diminuições das receitas, de que foi e está a ser alvo a Câmara de Macedo e as outras Câmaras. Relativamente à variação entre o Orçamento de Estado de 2010 e 2012 com o corte que teve no PEC, estão a falar de 946 mil euros, mais 529 mil euros. Estando perante uma situação em que é preciso obter mais receitas. O Município em breve irá apresentar medidas que já estão a ser implementadas, assim como o esforço de racionalização de custos e de cortes. Nada se consegue fazer de uma só vez, tem de ser feito de forma progressiva. É de notar que estão a falar de um aumento de 0,1% e de 0,05%. -----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 46 votos a favor, 6 abstenções e 21 votos contra dos Deputados Municipais, Srs. Manuel Carvalho, Fernando Gomes, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, Isabel Costa, Luís Vaz, Carlos Camelo, Paula Moreira, Vítor Matos, Luís Batista, Maria José Lima, António Gonçalves, Helena Seabra, João Correia, António Oliveira, Camilo Morais, Joaquim Seabra, Benjamim Rodrigues, Manuel Mico, Manuel Queijo e Idália Mateus, deliberou de acordo com as proposta da Câmara Municipal aprovar a taxa de 0,7% para os prédios urbanos prevista na alínea b) do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI e a taxa de 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI a aplicar no ano de 2012.**-----

-----**PONTO 2.4 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----Os Grupos Parlamentares do PPD/PSD e do CDS-PP apresentaram a seguinte proposta que foi designada por letra A: “Queremos dar um contributo para que esta questão avance, com uma pessoa que consideramos de grande valia e com profundo conhecimento do território, que é a Dr.ª Isabel Escudeiro.”-----

-----Procedeu-se de imediato à votação por escrutínio secreto.-----

-----**Após serem conferidos os votos, verificou-se que votaram 72 Deputados Municipais, sendo 55 votos a favor e 17 votos em branco, tendo sido eleita para a Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Director Municipal de Macedo de Cavaleiros, a Deputada Municipal, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro.**-----

-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, dos pontos 2.2, 2.3 e 2.4 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----



-----Não houve público que quisesse usar da palavra. -----
-----**Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----
